



DURHAM, Eunice Ribeiro. O impasse da democratização da USP.
O Estado de São Paulo, São Paulo, 08 nov., 1984.

Os professores, alunos e funcionários, que vinham denunciando o autoritarismo nas universidades, não souberam ocupar nos últimos sete anos o espaço conquistado e partir para uma verdadeira democratização, quando começou a abertura que permitiu a mobilização política, em assembleias, congressos, passeatas e greves. Uma prova disso foi o II Congresso da Universidade de São Paulo que,

embora representasse interesses e preocupações de uma comunidade de 55 mil pessoas, não conseguiu reunir em outubro mais de 250 participantes. A professora Eunice Ribeiro Durham, que acompanhou os debates, analisa as falhas dessa campanha pela democratização e aponta os impasses que enfrentam atualmente todos aqueles que lutam pela solução dos problemas da universidade.

EUNICE RIBEIRO DURHAM

A prolongada crise que vem afetando, já há diversos anos, a universidade brasileira e particularmente a USP parece ter atingido a sua fase mais aguda.

As críticas que se formularam nesse período denunciaram o excessivo centralismo das decisões, a hipertrofia burocrática e o autoritarismo das cúpulas dirigentes como diretamente responsáveis pela decadência do ensino e da pesquisa na universidade. A crítica era justa e produziu efeitos — o sistema de governo da universidade é hoje considerado totalmente ilegítimo e não há mais nenhuma autoridade que encontre respaldo do público interno em suas decisões. A consequência é que a crise assume um aspecto um pouco diferente (como ocorre, aliás, no governo federal) — em vez de um governo autoritário temos hoje, na USP, organismos decisórios ainda autoritários, mas completamente impotentes e paralisados. Esse resultado não é incompatível com a denúncia que vinha sendo feita — antes a confirma.

Mas, junto com a denúncia, formularam-se também, nesses últimos anos, propostas de soluções. No ambiente político estimulante da abertura democrática (mesmo que relativa) o fundamento maligno do autoritarismo na universidade parecia residir na sua ação de impedir a participação das bases nas decisões políticas e na gestão da coisa pública. A solução estava em dismantlar ou neutralizar o poder autoritário, criando os espaços para a participação de todos. Removidos os obstáculos, as bases oprimidas e reprimidas assumiriam o poder e resolveriam todos os problemas. O autoritarismo era visto como uma espécie de tampa de panela de pressão que estava impedindo a realização do desejo de participação da comunidade universitária, cuja expansão irresistível acabaria arrebatando todo o sistema. É a teoria do "povo em movimento" que "unido jamais será vencido".

A tese parecia correta e os espaços foram sendo criados fora das estruturas existentes. A partir de 1976, a contenção dos órgãos de segurança diminuiu a repressão direta e, certamente, abriu maiores possibilidades de atuação para o movimen-

to estudantil. Infelizmente, parece que os estudantes não foram capazes de explorar plenamente essa oportunidade. Depois de alguns ensaios promissores, o movimento refluíu. O que se tem visto, nos últimos anos, pelo menos na USP, é o esvaziamento progressivo das assembleias estudantis e tentativas desesperadas de mobilização que só conseguem alguma pequena ressonância na massa de alunos quando levantam bandeiras estritamente econômicas — redução do preço das refeições no restaurante e oferta de moradia gratuita.

Por outro lado, os professores aproveitaram melhor essa abertura. O nascimento da Associação dos Docentes da USP, num vigoroso movimento coletivo, repercutiu nacionalmente na multiplicação das associações de docentes em todas as universidades do País. Na USP, na gestão de Modesto Carvalhosa, a mobilização dos professores conseguiu impedir uma reforma dos estatutos que visava à perpetuação do *status quo*, lutou valentemente pela readmissão dos professores cassados, em 1964 e 1969, e venceu. Vivemos então a euforia das assembleias cada vez mais concorridas e a experiência inebriante da ação coletiva que culminou no grande movimento da greve de todo o funcionalismo em 1978. As divergências internas, a resistência de parcelas significativas do corpo docente pareciam todos obstáculos menores, que seriam inexoravelmente varridos pela nova dinâmica da ação que impulsionava a universidade.

As greves

A derrota da greve foi um rude golpe. O movimento perdeu impulso, como era de esperar — acreditávamos que se tratava de fenômeno passageiro, tanto mais quanto as universidades federais passaram a empunhar as bandeiras que a USP havia levantado e, de mobilização em mobilização, obtiveram vitórias sucessivas.

Nesse contexto, o prolongamento da desmobilização não era extremamente preocupante. As reivindicações salariais permitiam que se sustentassem esperanças. Em escala menor, é verdade, ainda conseguiam encher auditórios, lembrando os dias gloriosos de 78. Houve novas greves.

Mas já havia então indícios perturbadores. Como escrevi logo após a greve de 1983, tinha havido uma sutil mudança. A greve, que antes decorreria de uma ampla mobilização, era agora proposta como instrumento para que a mobilização pudesse ocorrer. As novas greves foram iniciadas em assembleias muito pequenas e pouco representativas e sua ampliação se dava durante a paralisação. Mas não era só isso. As assembleias e as greves assumiam cada vez mais um caráter expressivo, isto é, não se tratava tanto de analisar a situação da universidade e formular uma pauta de reivindicações para serem negociadas, mas de manifestar um descontentamento profundo, generalizado e difuso. Escrevia eu, naquela época, que estávamos conseguindo paralisar, mas não mobilizar, a universidade.

Coisa semelhante ocorreu com o movimento dos funcionários. Nasceu praticamente durante a greve de 78, e em condições mais difíceis, o movimento dos funcionários parece ter sido uma versão abreviada da mesma trajetória.

O que está ocorrendo na USP hoje não é apenas a paralisia que decorre da completa decadência da estrutura existente e da incapacidade dos dirigentes de encontrar soluções para os problemas. O que preocupa é que sua contrapartida é a crescente apatia das bases. A universidade está efetivamente desmobilizada. E o impasse político se agrava porque, quanto mais decai a participação de professores, alunos e funcionários, mais se radicaliza o discurso dos militantes que se debatem desesperadamente no vazio.

O II Congresso da USP, que se encerrou no dia 5 de outubro, foi a demonstração mais melancólica dessa situação desesperançosa. Deveria ter sido uma gloriosa comemoração do cinquentenário da USP, programada pela Adusp com o apoio da Asusp e do DCE como resposta à triste omissão da Reitoria em promover a data. Abrindo um espaço para a participação de todos, seria a grande ocasião para se fazer o diagnóstico da USP, elaborar uma proposta de

reforma e abrir o caminho para a superação da crise.

Tal como foi planejado, comportaria diversas fases e atividades. Professores, alunos e funcionários, reunidos em departamentos e unidades, encaminhariam diagnósticos e propostas. Paralelamente, haveria mesas-redondas abertas a todos, onde à exposição dos participantes seguir-se-ia um debate com o público. Finalmente, cada categoria elegeria 150 representantes que, divididos em grupos de trabalho, analisariam as sugestões vindas da base para, reunidos numa plenária, votarem as propostas finais. Para não tornar essa última fase demasiado restrita, previu-se a participação de todos os interessados, com direito a voz, embora não ao voto. Seria, na verdade, a realização concreta da grande universidade democrática, visão prévia da forma pela qual a universidade deveria funcionar no futuro.

O que se viu foi bastante desanimador. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a participação foi mínima. Entre professores, funcionários e alunos a USP incluiu mais de 55 mil pessoas. No congresso, em nenhum momento o público total ultrapassou 250, muito menos que qualquer sessão razoavelmente concorrida da SBPC. Mais surpreendente foi o fato de que todas as reuniões amplamente abertas ao público foram muito menos concorridas do que as mais fechadas. As mesas-redondas não chegaram nunca a congregarem pessoas e freqüentemente não atingiram sequer 1/3 desse número. Nos departamentos e unidades, as reuniões giraram em torno de 15 pessoas e os debates mais concorridos reuniram menos de cem (incluindo professores, funcionários e alunos).

Os 450 delegados previstos para a fase final estiveram muito aquém desse número. Para um congresso no qual se defendeu tão ardentemente a eleição direta em todas as instâncias é pelo menos contraditório que não se tenha conseguido, em nenhuma unidade e em nenhuma categoria, escolher os delegados através de eleição ampla. Muitos foram indicados em assembleias, nas quais o número de participantes era inferior ao número de delegados que deveria ser indicado. Outros simplesmente se inscreveram ou foram inscritos pelas diretorias das entidades. De qualquer modo, a posição de delegado estabeleceu uma certa obrigatoriedade de participação, o que garantiu, nos momentos de pico, a presença de cerca de metade deles.

Os professores

Também é importante notar que, em todos os eventos, a presença e participação dos professores, que constituem a categoria minoritária, foi sempre maior que a de funcionários e alunos. É verdade também que a participação dos professores parece ter sido, se não mais representativa, pelo menos razoavelmente diversificada: havia representantes da Capital e do Interior, das Ciências Humanas, Biológicas e Exatas, das unidades de Ciências Básicas e das Escolas Profissionais; os grupos de trabalho incluíram auxiliares de ensino, mestres, doutores, livres-docentes, adjuntos e mesmo alguns titulares; incluíram, também, militantes de diversas orientações, além de muitos sem participação política. Os funcionários e alunos, por outro lado, apresentaram uma diversidade muito menor.

Como todo o processo foi montado pensando-se muito mais em possibilitar a participação mais ampla possível (que não houve) do que em assegurar instrumentos para a reflexão mais aprofundada, muitas das conclusões finais refletem uma visão

extremamente abstrata da universidade, quando não se limitam a estabelecer princípios ideológicos. A realidade da vida universitária é extremamente complexa — um pouco dessa complexidade conseguiu aflorar nos grupos de trabalho, mas teve de ser inexoravelmente eliminada na preparação das propostas para as plenárias, cujo caráter conclusivo foi tão insistentemente defendido.

Houve, certamente, saldos positivos. Em primeiro lugar, conseguiu-se reunir um conjunto muito amplo de propostas, sugestões e diagnósticos que constituem uma matéria-prima importante para quem quiser refletir sobre a universidade hoje. E isso não só nas sugestões que vieram das unidades como também pelo conjunto de artigos e trabalhos publicados pelo jornal da Adusp, que fez um elogiável esforço de divulgar informações. Em segundo lugar, há que ressaltar os resultados pedagógicos do Congresso — quem dele participou ou, pelo menos, quem esteve nos grupos de trabalho certamente terminou sabendo muito mais sobre a universidade no final do que sabia no início. Para muitos foi a primeira oportunidade que tiveram para tomar conhecimento da diversidade e complexidade de problemas e pontos de vista que sempre emergem quando se reúnem diferentes categorias e representantes de unidades diversas.

Mas o saldo negativo exige uma reflexão crítica. Em primeiro lugar, julgo importante reconhecer que não basta a afirmação do desejo de democracia nem mesmo a eliminação da cúpula dirigente autoritária para se construir uma universidade democrática. A substituição do atual sistema por réplicas do II Congresso da USP seria, em minha opinião, desastrosa para a universidade. A prática adequada não flui automaticamente da simples eliminação de uma direção autoritária e da criação de um espaço teoricamente aberto a todos. Ao contrário, deve ser penosamente construída através do estabelecimento de mecanismos e instrumentos, freqüentemente complexos, que efetivamente a estabeleçam. E não adianta continuarmos a defender tão exaltadamente a participação de todos, se não conseguirmos promover mais que a reunião de uns poucos. Dado que, de uma forma ou de outra, a participação de todos em tudo é não só impossível mas, inclusive, ao que parece, não é desejada por boa parte da universidade, é fundamental que se desenvolvam formas adequadas e democráticas de representação.

Penso que a reação ao autoritarismo do Estado e das instituições provocou o descrédito das formas representativas e a conseqüente valorização excessiva das assembleias. E falo isso porque o que está acontecendo com as assembleias na universidade, o seu esvaziamento crescente, parece ser a expressão metonímica do que ocorre nos movimentos das três categorias que compõem a chamada comunidade universitária. Por isso, a análise do que ocorre em uma pode esclarecer o que está acontecendo no outro. O esvaziamento das assembleias é a manifestação da crise do movimento e ambos se devem, provavelmente, aos processos semelhantes.

Embora assembleias constituam instrumentos essenciais à prática democrática, possuem limitações sérias e só funcionam adequadamente se se tiver plena consciência das deformações autoritárias que podem sofrer. Numa assembleia, grupos politicamente organizados, mesmo que sejam minoria numericamente pouco expressiva, podem facilmente impedir a manifestação da vontade de uma maioria pouco articulada e mais heterogênea e isso de diversas ma-

neiras: pelo uso repetido da palavra, pela apresentação de um conjunto fechado de propostas que force o debate em uma direção predeterminada, pelo prolongamento infundável da discussão até que o esvaziamento do plenário garanta a vitória das posições do grupo. O domínio de uma minoria desse tipo provoca, a curto ou longo prazo, o esvaziamento das assembleias, a não ser que consiga, efetivamente, expressar os interesses de segmentos mais amplos (caso em que deixa de ser minoria). De outro modo, a maioria menos articulada, menos segura de suas posições, sentindo que não consegue expressar seus anseios nem tratar dos temas que lhe interessam, deixa de freqüentar as reuniões.

As assembleias

Assembleias funcionam melhor quando ou não há grupos politicamente articulados ou há diversos. Neste último caso, a maioria se transforma em fiel da balança e efetivamente participa das decisões. Mas então tende a haver uma radicalização dos contendores que dificulta soluções de consenso. As assembleias são também menos manipuláveis quando todos possuem ampla informação sobre os problemas que são levantados. E, finalmente, expressam melhor uma vontade coletiva quando as questões em jogo comportam soluções simples, com alternativas claramente colocadas e, especialmente, quando as soluções propostas beneficiam simultaneamente todos e cada um (como quando moradores de uma rua se reúnem para reivindicar asfalto ou professores e funcionários reivindicam aumento salarial para todos). Cada vez que há interesses heterogêneos em jogo, ou quando a solução de um problema coletivo só pode ser conseguida através do sacrifício de alguns, há necessidade de negociação. Para isso, as assembleias são inadequadas.

O governo de uma sociedade ou instituição complexa envolve necessariamente decisões que afetam negativamente algum segmento do todo. Há interesses minoritários legítimos cuja manifestação deve ser assegurada para que possam ser respeitados ou compensados. Há posições conflitivas. Há interesses majoritários ilegítimos que devem ser neutralizados. Nesse caso, não se trata simplesmente de saber precisamente qual a vontade da maioria, mas de permitir a manifestação das divergências para que, através da negociação, se atinja uma proposta a qual, sem ser ideal para ninguém, seja entretanto aceitável para todos.

O esvaziamento das assembleias e das reuniões coletivas que se nota na Adusp e, especialmente entre estudantes, reflete o esvaziamento dos movimentos e deve ser objeto de uma reflexão mais séria do que aquela que vem sendo feita. É necessário indagar se a forma pela qual estamos concebendo a participação não está prejudicando a representação e, portanto, a representatividade do movimento. Finalmente, precisamos perguntar se o excessivo radicalismo das propostas apresentadas não é, simultaneamente, produto e resultado de um descaminho que acabará por deixar as lideranças falando no vazio.

Não é mais possível hoje manter as velhas formas autoritárias de gestão que já demonstraram sua incapacidade para resolver os problemas da universidade. Mas, infelizmente, a utopia do anarquismo não parece ser uma alternativa viável. Entre a defesa intransigente dos privilégios das cúpulas atuais e o furo iconoclasta do participacionismo espontaneísta, não conseguimos ainda produzir um diagnóstico mais completo da crise nem sequer apresentar um quadro

33315 F2

DURHAM, Eunice Ribeiro. O impasse da democratização da USP. O Estado de São Paulo, São Paulo, 08 nov., 1984.

coerente de suas múltiplas manifestações

O grande desafio que enfrentamos é o de criar formas legítimas e democráticas de autoridade responsável através das quais possamos enfrentar com realismo os problemas e encontrar soluções viáveis para melhorar o ensino, promover pesquisas relevantes e atender às demandas da sociedade.

Eunice Ribeiro Durham é professora do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.





Foto Newton Aguiar

"As assembléias funcionam melhor quando não há grupos articulados ou há diversos"